

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 124.950/09

CONTRATO N. 2012/010.2

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A TECTENGE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E DE OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE AR CONDICIONADO E DE EXAUSTÃO MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Ao(s) *trinta* dias do mês de agosto de dois mil e treze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o Senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a TECTENGE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., situada na Rua Frederico Simões, 125, Ed. Liz Empresarial, Sala 1.401, Caminho das Árvores, Salvador - Bahia, inscrita no CNPJ sob o n. 00.632.068/0001-93, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Sócio, o senhor DANILO NOGUEIRA REIS, brasileiro, engenheiro mecânico, casado pelo regime de separação total de bens, residente e domiciliado em Salvador - BA, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo sob referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 235/11, daqui por diante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente Aditivo aumenta o valor mensal atualizado do Contrato em R\$2.403,26, a partir de 1º/9/13, em razão do aumento de material de consumo, item constante do montante "B" da Cláusula Nona, necessário à prestação dos serviços contratados no Edifício CETEC Norte e no CPD do CETEC-1.

*[Assinaturas manuscritas]*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O referido aumento no valor do material de consumo decorre da inclusão do prédio do CETEC Norte e do CPD do CETEC-1 às áreas abrangidas na presente contratação.

O aumento representa um acréscimo de 1,1 % (um inteiro e um centésimo por cento) ao valor mensal inicial atualizado do contrato e encontra amparo na alínea "b" do inciso I e parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente a alínea "b" do inciso I e parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2012/010.2, passa a vigorar com redação modificada nas seguintes Cláusulas:

“ .....

**CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os sistemas de ar condicionado e de exaustão mecânica estão localizados nos seguintes locais:

- a) Centro de Transmissão da Rádio e TV Câmara;
- b) Edifícios Principal, Anexos I, II, III e IV;
- c) CEFOR (Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento);
- d) CETEC Norte e CPD do CETEC-1.

Parágrafo primeiro – Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão realizados em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 e das 14h às 17h30, salvo o disposto no parágrafo quarto desta Cláusula e nos subitens 11.13 e 11.27 do Título 11 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo segundo – Os serviços de operação deverão ser realizados pela CONTRATADA, de forma a atender as seguintes necessidades:

- a) operação das casas de máquinas dos Edifícios Principal/Anexo I e Edifício Anexo II: funcionamento ininterrupto, das 0h de domingo às 24h de sábado;
- b) operação das casas de máquinas dos Edifícios Anexos III e IV e CEFOR: funcionamento das 7 às 19h de segunda-feira a sexta-feira.

Parágrafo terceiro – Os serviços de operação solicitados pelo Órgão Responsável, necessários ao funcionamento dos sistemas de ar condicionado, em qualquer edifício, fora dos horários definidos no parágrafo anterior, deverão ser realizados sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

Parágrafo quarto – O Órgão Responsável, com vistas ao atendimento de necessidades excepcionais e particulares da CONTRATANTE, poderá estabelecer novos horários, desde que previamente definidos e comunicados à CONTRATADA, a fim de evitar a realização de horas extras.

Parágrafo quinto – O labor extraordinário será, preferencialmente, alvo da compensação da jornada prevista nos dispositivos normativos pertinentes - § 2º da art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva –



CÂMARA DOS DEPUTADOS

admitindo seu pagamento somente em hipóteses excepcionais, viabilizando quando demonstrada, pelo Órgão Responsável, a impossibilidade de compensação de jornada.

Parágrafo sexto – Os serviços deverão ser requisitados por ordens formalmente encaminhadas ao preposto, que se incumbirá de alocar o pessoal adequado à prestação requerida. Nenhuma ordem de serviço será encaminhada diretamente aos demais profissionais subalternos da CONTRATADA.

Parágrafo sétimo – As ordens formais de prestação de serviço servirão de instrumento para avaliar a qualidade objetiva da execução contratual em notas concedidas pelo órgão destinatário dos serviços e pelo Órgão Responsável devendo ser consolidadas em relatórios trimestrais e arquivadas.

Parágrafo oitavo – Os serviços deverão ser supervisionados por profissional qualificado (supervisor de manutenção de ar condicionado) com disponibilidade horária de 30 horas semanais.

Parágrafo nono – Nas casas de máquinas dos Edifícios Anexo III e Anexo IV e do CEFOR deverão permanecer 2 (dois) empregados, trabalhando um em substituição ao outro, em horário corrido de 6 (seis) horas no período das 7h às 19h, nos dias de expediente da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo – A operação das centrais de água gelada (CAG) do Edifício Principal e do Ed. Anexo II deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, das 0h de domingo às 24h de sábado, com fabricação de gelo no horário noturno, fora de ponta de demanda de energia e condicionado aos horários de expediente da CONTRATANTE, observado o seguinte:

- a) durante o expediente normal ou extraordinário e durante a fabricação de gelo na CAG do Ed. Principal, pelo menos um profissional que saiba operar o sistema de automação predial Metasys deverá permanecer na casa de máquinas;
- b) o profissional de que trata a alínea anterior deverá estar apto para gerar qualquer relatório disponível no sistema de automação predial, ligar e desligar qualquer equipamento controlado pelo sistema, bem como alterar qualquer parâmetro de operação destes.

Parágrafo décimo primeiro – Deverá ser apresentado, mensalmente, ao Órgão Responsável, relatório técnico sobre o estado geral dos equipamentos, as rotinas de manutenção preventiva executadas e a relação de materiais utilizados nas manutenções corretivas, devidamente assinado pelo supervisor responsável pela execução dos serviços, sob pena de não-atestação das faturas.

Parágrafo décimo segundo – O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO**

O preço total do presente Contrato é de R\$ 2.846.308,83 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e oito reais e oitenta e três centavos), a ser pago em parcelas, de acordo com a seguinte composição mensal:

**a) de 1º/2/13 a 31/8/13**

#### **MONTANTE “A”**

1. Salários .....	R\$	79.346,64
2. Adicional Noturno .....	R\$	589,98
3. Adicionais de insalubridade e de periculosidade .....	R\$	9.995,15
4. Subtotal – remuneração .....	R\$	89.931,77
5. Encargos Sociais (57,936649%) .....	R\$	52.103,45
<b>6. Subtotal Montante "A" (4 + 5) .....</b>	<b>R\$</b>	<b>142.035,22</b>

#### **MONTANTE “B”**

<b>7. Custos adicionais.....</b>	<b>R\$</b>	<b>45.104,16</b>
- Auxílio-Alimentação.....	R\$ 23.668,40	
- Auxílio-Transporte.....	R\$ 9.116,40	
- Uniforme.....	R\$ 1.411,00	
- Contribuição SECONCI/DF .....	R\$ 974,26	
- Seguro de vida .....	R\$ 321,34	
- Equipamentos de segurança do trabalho .....	R\$ 487,93	
- Material de consumo .....	R\$ 8.898,79	
- Ferramentas (bens duráveis) .....	R\$ 226,04	
 8. Subtotal do Mont. "A" + Grupo 1 do Mont. “B” (6 + 7) .....	 R\$	 187.139,38
9. Grupo 2 – Taxa de Administração (16,6934199%) .....	R\$	31.239,96
<b>10. PREÇO BÁSICO MENSAL (8 + 9) .....</b>	<b>R\$</b>	<b>218.379,34</b>

**b) de 1º/9/13 a 31/1/14**

#### **MONTANTE “A”**

1. Salários .....	R\$	79.346,64
2. Adicional Noturno .....	R\$	589,98
3. Adicionais de insalubridade e de periculosidade .....	R\$	9.995,15
4. Subtotal – remuneração .....	R\$	89.931,77
5. Encargos Sociais (57,936649%) .....	R\$	52.103,45
<b>6. Subtotal Montante "A" (4 + 5) .....</b>	<b>R\$</b>	<b>142.035,22</b>

#### **MONTANTE “B”**

<b>7. Custos adicionais.....</b>	<b>R\$</b>	<b>47.163,62</b>
- Auxílio-Alimentação.....	R\$ 23.668,40	
- Auxílio-Transporte.....	R\$ 9.116,40	
- Uniforme.....	R\$ 1.411,00	
- Contribuição SECONCI/DF .....	R\$ 974,26	
- Seguro de vida .....	R\$ 321,34	
- Equipamentos de segurança do trabalho .....	R\$ 487,93	



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Material de consumo .....	R\$ 10.958,25
- Ferramentas (bens duráveis) .....	R\$ 226,04
8. Subtotal do Mont. "A" + Grupo 1 do Mont. "B" (6 + 7) .....	R\$ 189.198,84
9. Grupo 2 – Taxa de Administração (16,6934199%) .....	R\$ 31.583,76
<b>10. PREÇO BÁSICO MENSAL (8 + 9) .....</b>	<b>R\$ 220.782,60</b>
<b>12. DESPESAS COM 13º SALÁRIO.....</b>	<b>R\$ 136.625,19</b>
- Subtotal - remuneração.....	R\$ 89.931,77
- Encargos sociais (35,532%).....	R\$ 31.954,56
- Taxa de Administração (12,0923%).....	R\$ 14.738,86
13. Valor total referente às peças e aos serviços especializados para manutenção corretiva (valor anual) .....	R\$ 77.115,26
<b>14. PREÇO GLOBAL ANUAL.....</b>	<b>R\$ 2.846.308,83</b>
[(preço total mensal 'a' x 6) + (preço total mensal 'b' x 6) + item 12 + item 13]	

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

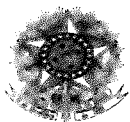
Os serviços objeto deste Contrato, executados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE, serão pagos em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo primeiro – As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Órgão Responsável, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos definidos no Anexo n. 4 ao EDITAL.

Parágrafo segundo – O pagamento de eventuais peças substituídas e/ou prestação de serviços especializados referentes a manutenções corretivas, devidamente autorizados pela CONTRATANTE conforme Título 11 do Anexo n. 2 ao EDITAL, será efetuado no mês posterior à aplicação da(s) peça(s) e/ou realização do(s) serviço(s) especializado(s), mediante apresentação de fatura(s) separada(s) da fatura de serviços de manutenção e após atestação do Órgão Responsável.

Parágrafo terceiro – No corpo da(s) fatura(s) deverão ser discriminados todas as peças utilizadas e todos os serviços especializados executados, estando a(s) descrição(ões) e o(s) valor(es) em conformidade com a Tabela de Preços para Substituição de Peças e Realização de Serviços Especializados em Manutenção Corretiva, constante da proposta da CONTRATADA e da(s) respectiva(s) autorização(ões).

Parágrafo quarto – O pagamento de cada parcela será efetuado por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável. A instituição bancária, a agência e o número da conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo quinto – A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subseqüentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

Parágrafo sexto – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do ateste do Órgão Responsável e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova da quitação da folha de pagamento específica deste Contrato dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo as informações exigidas no Título 3 do Anexo n. 7 ao EDITAL, fornecida em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- c) cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), específica deste Contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
- d) espelho da folha de pagamento específica deste Contrato, bem como espelho de substituições e rescisões, a serem elaborados em conformidade com o modelo apresentado no Título 1 do Anexo n. 7 ao EDITAL, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- e) comprovantes específicos de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, referentes a este Contrato;
- f) quando do pagamento da verba do 13º salário, espelho das informações a ser elaborado em conformidade com o modelo apresentado no Título 2 do Anexo n. 7 ao EDITAL, fornecido em meio eletrônico e no formato de arquivo a ser definido;
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados;
- h) comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, imposto de renda, se for o caso, e demais encargos decorrentes de relações trabalhistas relativas ao pessoal contratado como trabalhador temporário ou como prestador de serviço autônomo.

Parágrafo sétimo – O formato dos arquivos a serem fornecidos pela CONTRATADA, referidos nas alíneas “a”, “d” e “f” do parágrafo anterior, será definido pelo Centro de Informática em conjunto com o Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE.

Parágrafo oitavo – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo nono – A CONTRATANTE será autorizada a recortar das faturas devidas à CONTRATADA os valores referentes aos salários, auxílios e a eventuais haveres trabalhistas resilitórios, inclusive os encargos legais deles decorrentes, devidos aos empregados da CONTRATADA, para repassá-los à conta corrente destes, bem como realizar os recolhimentos tributários, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) por ocasião da demonstração de incapacidade da CONTRATADA em efetuar os pagamentos aos seus empregados na data aprazada;
- b) por ocasião da não comprovação do pagamento por parte da CONTRATADA, na rescisão contratual, das indenizações rescisórias devidas aos empregados demitidos.

Parágrafo décimo – A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13ª salário do pessoal que executará os serviços na CONTRATANTE sujeitara a CONTRATADA às sanções administrativas previstas no Anexo n. 4 ao EDITAL.

Parágrafo décimo primeiro – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, calculados pela formula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{I}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo segundo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212 de 1991, com a redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo décimo terceiro – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo décimo quarto – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CRITÉRIO DE REPACTUAÇÃO DO PREÇO**

O preço global anual contratado poderá ser repactuado, desde que observado interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação, cabendo à CONTRATADA, na oportunidade de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos do Contrato, apresentando, inclusive, Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro - Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, da convenção, do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, nos termos do artigo 5º do Decreto n. 2.271/97.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente ou do encerramento do contrato vigente.

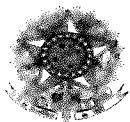
Parágrafo terceiro - Caso a CONTRATADA não solicite de forma tempestiva a repactuação e prorrogue ou deixe encerrar o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

Parágrafo quarto - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhadas de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

Parágrafo quinto - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

- a) a partir da assinatura do termo aditivo ou apostilamento; ou
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à repactuação, exclusivamente quando envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Parágrafo sexto - No caso previsto na alínea “c” do parágrafo anterior, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente, cabendo à CONTRATADA demonstrar que os valores foram repassados ao salário das categorias profissionais.

Parágrafo sétimo - A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.

Parágrafo oitavo - A aplicação dos reajustes salariais e benefícios concedidos sobre os valores pagos pela CONTRATANTE, em função de definições da Convenção Coletiva, deve ser submetida à análise da Administração da Casa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$142.315,44 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, em conformidade com o disposto no artigo 56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO, observando ainda o disposto no Título 5 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura deste Contrato, e somente poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

Parágrafo segundo – O atraso na prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o EDITAL, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa de 2,0% (dois por cento) do valor a ela estipulado, por dia de atraso, a ser aplicada do 16 ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

Parágrafo terceiro – Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção, até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

Parágrafo quarto – A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do dia útil imediato ao da assinatura deste Contrato, ensejará a aplicação da medida prevista no item 6 do Anexo n. 4 ao EDITAL.

Parágrafo quinto – No caso de rescisão deste Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL, no REGULAMENTO e neste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas mencionadas no Anexo n. 4 ao EDITAL, não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas naquele dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO, e, ainda, no artigo 7º da Lei n. 10.520/02.

Parágrafo primeiro – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo segundo – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para dar início à prestação dos serviços, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor desta contratação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTAS
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo terceiro – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo quarto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo quinto – Findo o prazo fixado, sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação dos serviços, além da multa prevista, poderá a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo sexto – Se a CONTRATADA, a qualquer tempo, deixar de prestar os serviços ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo sétimo – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) da contraprestação mensal, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, o dolo ou a culpa e o disposto no parágrafo seguinte e sopesados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de acordo com a tabela constante do item 12 do Anexo n. 4 ao EDITAL.

Parágrafo oitavo – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo nono – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo décimo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo décimo primeiro – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

.....”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 12 (doze) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 30 de agosto de 2013.

Pela CONTRATANTE:

Sérgio Sampaio C. de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF n. 358.677.601-20

Pela CONTRATADA:

Danilo Nogueira Reis  
Sócio  
CPF n. 795.747.695-34

Testemunhas:

- 1)   
DANILLO NOGUEIRA REIS - 567364925-34
- 2)   
JANE AMARAL P. 2000

CCONT/JJ